SUMÁRIO EXECUTIVO

O FMI desempenhou um papel importante na resposta mundial à crise. Reformulou seus instrumentos de concessão de crédito e ampliou os empréstimos não concessionais, que passaram de quase zero para cerca de US\$ 400 bilhões entre 2008 e 2013. Os programas apoiados pelo FMI incorporaram muitas lições extraídas de crises anteriores e ajudaram os países membros a enfrentarem a crise. A ampliação dos empréstimos foi possível graças a um esforço de mobilização que quadruplicou os recursos do FMI para cerca de US\$ 1 trilhão em 2013. Mas a duplicação acordada das cotas devidas pelos países membros não entrou em vigor, o que faz com que o FMI dependa de acordos de empréstimos para mais de dois terços de sua capacidade total de crédito.

O desempenho do FMI em matéria de supervisão é sujeito a interpretações diversas. Se por um lado o Fundo teve uma atuação oportuna e influente ao preconizar o estímulo fiscal global em 2008–09, seu apoio em 2010–11 a uma reorientação no sentido da consolidação fiscal em algumas das maiores economias avançadas foi prematuro. Ao mesmo tempo, o FMI acertou ao recomendar a expansão monetária nesses países, se necessário, para manter a recuperação. Contudo, tal combinação de políticas econômicas não foi totalmente eficaz em promover a recuperação e exacerbou efeitos colaterais negativos. Com o passar do tempo e a deterioração das perspectivas de crescimento, o FMI demonstrou flexibilidade ao reconsiderar suas recomendações de política fiscal e defender a moderação do ritmo de consolidação fiscal.

O FMI lançou muitas iniciativas para reforçar a supervisão macroeconômica e do setor financeiro, e ampliou seus instrumentos e processos para detectar e alertar sobre riscos e vulnerabilidades. As autoridades entrevistadas para esta avaliação apoiaram tais ações de modo geral, mas indicaram que o número dessas iniciativas cresceu de tal modo que elas estão além da capacidade de seus respectivos países de absorver os seus resultados. Assinalaram também que teriam apreciado se tivessem sido alertadas com maior antecedência e clareza sobre os riscos recentes mais críticos. Questionou-se ainda se a atual supervisão do FMI estaria em condições de detectar o surgimento de vulnerabilidades no setor financeiro de centros financeiros de importância sistêmica a tempo de alertar as autoridades e os países membros em geral.

O FMI colaborou com outras organizações em iniciativas importantes, como o Processo de Avaliação Mútua do G20 e o Conselho de Estabilidade Financeira. Estas colaborações foram em geral eficazes em abordar determinados aspectos da crise e em aumentar a influência e eficácia da assessoria prestada pelo FMI. Para o futuro, a fim de proteger a independência da instituição e garantir a uniformidade de tratamento de todos os países membros, o FMI deve formular diretrizes estruturantes que esclareçam as funções e responsabilidades de cada parte dentro desses mecanismos de colaboração.

Duas reformas fortaleceriam a capacidade do FMI de alertar sobre riscos sistêmicos emergentes. Primeiro, o FMI deve consolidar as iniciativas voltadas para a identificação de riscos e vulnerabilidades, e deve comunicar melhor suas conclusões às autoridades. Segundo, deve concentrar a supervisão do setor financeiro nos cinco a sete centros financeiros verdadeiramente sistêmicos. Para estes centros, deve-se elaborar uma atualização anual da Avaliação da Estabilidade do Setor Financeiro, em conjunto com as consultas do Artigo IV.

Para estar mais preparado para reagir à próxima crise, o FMI deve procurar reunir os recursos antes que surja uma necessidade, apoiando-se principalmente nas cotas dos países membros para reduzir a incerteza e reforçar sua legitimidade.